



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000745-49.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: Contratação de remanescente – Empresa INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDÔNIA IERO LTDA. – contratação de empresa especializada para prestação de serviços de intermediação em Libras (Língua Brasileira de Sinais).

DESPACHO Nº 882 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital (0800583) e teve como vencedora do certame licitatório a empresa **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli** (CNPJ n. 18.775.301/0001-52). Com isso, foi celebrado o Contrato Administrativo n. 39/2022 (0956401).

Pela Manifestação nº 14/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE (1025665), a unidade gestora (COEDE) reporta ao secretário da SAOFC os principais acontecimentos referentes à contratação em comento e, após inúmeros incidentes, opina pela rescisão contratual com base no artigo 78, inciso I, referente à Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Décima Quinta do referido contrato e remeteu o feito à apreciação e deliberação superior.

O Parecer Jurídico nº 157/2023 (1036288) analisou o contexto da rescisão contratual requerida pela unidade gestora e pelo secretário da SAOFC (1028509) e, ao final, opinou pela possibilidade de rescisão unilateral do contrato com fundamento nos arts. 78, I e II c/c art. 79, I, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e, ainda, com supedâneo na Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022 (0956401), sem prejuízo de apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanção pelos descumprimentos perpetrados, observados o contraditório e a ampla defesa.

A SAOFC, mediante Manifestação nº 285/2023 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (1036782), pela rescisão contratual unilateral do Contrato n. 39/2022 (0956401), com fundamento na Cláusula Décima Quinta do instrumento contratual, e nos arts. 78, incisos I e II, e art. 79, I, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, bem como no artigo 41 da IN 04-2008 TRE-RO, sem prejuízo de apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanção pelos descumprimentos perpetrados, observados o contraditório e a ampla defesa; e pela publicação do ato de rescisão, que deverá acontecer nos mesmos veículos nos quais se deram sua formalização, ou seja, no Diário Oficial da União (DOU), em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, como também no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) deste Tribunal, em respeito ao princípio da publicidade.

Diante disso, a Diretoria-Geral, por meio do Despacho nº 848/2023 – PRES/DG/GABDG (1038147), determinou: **a)** a RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N. 39/2022 (0956401), firmado com a empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), com fundamento na Cláusula Décima Quinta do instrumento contratual, no art. 78, incisos I e II; e art. 79, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993, bem como no artigo 41 da IN 04-2008 TRE-RO; **b)** o cancelamento da Nota de Empenho n. 2023NE000278 (1012274); **c)** a publicação do ato de rescisão nos mesmos veículos de comunicação nos quais se deram sua formalização, ou seja, no Diário Oficial da União (DOU), em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, como também no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) deste Tribunal, em respeito ao princípio da

publicidade; **d)** a intimação da empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), do inteiro teor da decisão, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "e", da Lei n. 8.666/1993 c/c parágrafo único do artigo 20 do Decreto n. 7.892/13, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

O Termo de Rescisão Unilateral do Contrato TRE-RO n. 39/2022 (1040168), devidamente aprovado pela AJSAOFC conforme Parecer Jurídico nº 157/2023 (1036288), foi assinado em 27/07/2023, com publicação no DJE nº 136 e DOU nº 143, na data de 28/07/2023 (1040735).

A SPOF, em atendimento ao Despacho n. 1634/2023-GABSAOFC (1039911), formalizou a programação orçamentária no valor de R\$ 44.437,03 (quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta e sete reais e três centavos) e informa que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (1040185).

A Seção de Contratos – SECONT juntou a minuta de Contrato (1040315) e remeteu o feito à AJSAOFC para análise (1040317).

Na sequência, após procedimento de seleção da empresa a ser contratada para execução do remanescente contratual, a unidade gestora da contratação (COEDE), nos termos da Manifestação n. 26/2023 (1040322), **atesta a capacidade técnica da empresa Instituto de Educação de Rondônia para a prestação dos serviços.**

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 1682/2021-GABSAOFC (0742236), encaminha os autos à **SECONT**, para elaboração da minuta de contrato; e à **AJDG**, para análise e emissão de parecer jurídico.

A AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico nº 167/2023 (1040435), no qual verifica que a presente **contratação remanescente do objeto (art. 24, XI, L. 8.666/93)** originada no contrato celebrado em dezembro de 2022, portanto, previamente ao início da vigência da Lei n. 14.133/2021 (inicialmente previsto para 1º/04/2023 e depois alterado para 31/12/2023), submete-se às regras da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos), de acordo com a redação do **art. 190 da Lei nº 14.133/2021**. Assim, preenchidos os requisitos listados pelo **art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93**, comprovado que a licitante **INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA** - CNPJ nº 26.831.638/0001-68, segunda colocada no certame licitatório do Pregão nº 43/2022 (1039904), está apta a contratar com a Administração Pública e, ainda, havendo manifestado expressamente o interesse em assumir todas as obrigações da empresa vencedora do certame licitatório, opina que poderá a administração com ela contratar os **serviços remanescentes** do Contrato Administrativo n. 39/2022 (0956401), celebrado em 13/12/2022 com a empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli - CNPJ nº 18.775.301/0001-52, rescindido de forma unilateral pela Administração na data de 27/07/2023 (1040168). Por fim, aprovou os termos da minuta de contrato (1040315), em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Por seu turno, o Secretário substituto da SAOFC, considerando as razões expostas no parecer jurídico somada às justificativas apresentadas pela unidade gestora, manifestou-se **favorável** à efetivação do contrato nos exatos termos da minuta carreada no evento 1040315. Todavia, ressalta que a unidade gestora instaurou autos específicos para controle e acompanhamento da contratação direta da empresa remanescente para prestação de serviços de intermediação de libras (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital (PSEI 0001342-81.2023.6.22.8000), motivo pelo qual **sugere que os documentos relativos à contratação da empresa remanescente sejam juntados no supracitado processo, para melhor gestão e acompanhamento**, caso seja autorizada da pretensa contratação (Manifestação n. 311/2023 - evento 1040815).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Conforme bem ressaltou a AJSAOFC no Parecer Jurídico (1040435), não se trata de uma nova contratação, mas da pretensão de **contratação remanescente do objeto** (art. 24, XI, Lei n. 8.666/93) originada de contrato celebrado em dezembro de 2022. Portanto, previamente ao início da vigência da Lei n. 14.133/2021 (inicialmente previsto para 1º/04/2023 e depois alterado para 31/12/2023), razão pela qual não há qualquer controvérsia acerca do regime aplicável ao contrato que vier a ser celebrado a título de contratação remanescente. Isso porque, a redação do **art. 190 da Lei nº 14.133/2021**, estabelece

expressamente que esse ato continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada.

No mesmo sentido, é a redação da **Portaria SEGES/MGI N.º 1.769, de 25 de abril DE 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal.

No caso dos autos, a Administração já promoveu a rescisão unilateral do Contrato n. 39/2022, assinada em 27/07/2023 (1040168), com publicação no DJE nº 136 e DOU nº 143, na data de 28/07/2023 (1040735). Logo, já extinguiu, com a necessária urgência, o vínculo jurídico existente com a empresa **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli** (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), conforme farta prova documental constante dos autos, além da análise técnica da unidade gestora do contrato - COEDE.

As ocorrências descritas pelo gestor do contrato nos autos (Manifestação n. 14/2023-COEDE, evento 1025665) e ratificadas pelo Secretário da SAOFC (Despacho n. 1368/2023 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - 1028509) melhor se amoldam às hipóteses legais de extinção do contrato administrativo descritas nos incisos I e II acima citados. Com relação ao inciso I (inexecução contratual), constata-se nos autos a inadimplência contratual perpetrada pela empresa Inove Produção de Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), ocorrida com ausência da entrega dos serviços na data estabelecida e não atendimento integral da notificação juntada no evento n. 1009117 e na Ata n. 10/2023 (evento n. 1017572).

Já a configuração do inciso II (cumprimento irregular do contrato) ocorreu quando a empresa contratada realizou entregas com pendências de hardware e software necessários para acessar o serviço, a exemplo dos requisitos técnicos especificados em edital e nas reclamações realizadas pelos cartórios do interior. Corrobora para os enquadramentos legais o fato de que a própria contratada, após já notificada, ter admitido as condutas, consoante na Ata n. 10/2023 (1017572), considerando que a empresa identificou a impossibilidade de cumprimento do solicitado na Notificação n. 6/2023, mesmo tendo ciência prévia de todas as informações constantes do edital e seus anexos quando decidiu participar da licitação.

Ademais, a rescisão unilateral por prática de infrações contratuais cometida pela contratada também está definida no bojo do Contrato n. 39/2022 (0956401).

Resta inequívoco o **descumprimento contratual e execução irregular** pela contratada **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli** (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), conforme consta de todas as informações juntadas aos presentes autos, sendo a empresa corretamente notificada acerca de tais ocorrências, bem como acerca da rescisão contratual (eventos 1040216 e 1040253).

Diante desses fatos, terá cabimento a aplicação do artigo 24, XI, da Lei 8.666/93, para a situação excepcional da contratação remanescente. Veja-se:

Art. 24. É dispensável a licitação:

....

XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

Nota-se que o referido dispositivo normativo cuidou de enumerar os requisitos exigidos para que a Administração possa celebrar a contratação remanescente.

A instrução dos autos demonstra que estão preenchidos os requisitos listados pelo **art. 24, XI, da Lei nº. 8.666/93**, comprovado que a licitante **INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA** - CNPJ nº 26.831.638/0001-68, segunda colocada no certame licitatório do Pregão nº 43/2022 (1039904), está apta a contratar com a Administração Pública e, ainda, manifestou expressamente o interesse em assumir todas as obrigações da empresa vencedora do certame licitatório.

Diante disso, denota-se que poderá a administração com ela contratar os **serviços remanescentes** do contrato Administrativo n. 39/2022 (0956401), celebrado em 13/12/2022 com a

empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli - CNPJ nº 18.775.301/0001-52, rescindido de forma unilateral pela Administração na data de 27/07/2023 (1040168).

Ademais, após procedimento de seleção da empresa a ser contratada para execução do remanescente contratual, a unidade gestora da contratação (COEDE), nos termos da Manifestação n. 26/2023 (1040322), **atesta a capacidade técnica da empresa INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA - CNPJ nº 26.831.638/0001-68 para a prestação dos serviços.**

Além disso, considerando a urgência e necessidade da contratação em tela, resta imprescindível a efetivação da contratação do objeto em questão, sob pena de prejuízo maior à Administração.

Por todo exposto e por tudo que dos autos consta, considerando os termos do artigo 1º, II, da Portaria TRE-RO nº 66/20218:

- 1. autorizo a contratação remanescente da empresa INSTITUTO DE EDUCACAO DE RONDONIA IERO LTDA - CNPJ nº 26.831.638/0001-68, com fundamento no art. 24, XI, da Lei n. 8.666/93, nos termos da minuta aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC (1040315);**
- 2. determino a notificação da Contratada para apresentar garantia contratual, correspondente à 3% (três por cento) do valor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, sistematizada na Cláusula Sexta da minuta constante do evento 1040315;**
- 3. determino a verificação prévia à assinatura do contrato, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93; e**
- 4. determino que os documentos relativos à contratação da empresa remanescente sejam juntados no PSEI n. 0001342-81.2023.6.22.8000, autuado pela Unidade Gestora especificamente para controle e acompanhamento da contratação direta da empresa remanescente para prestação de serviços de intermediação de libras (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital, a fim de que haja melhor gestão e acompanhamento da contratação.**

À SAOFC para prosseguimento das providências urgentes, sem prejuízo do processamento das penalidades à empresa **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli** (CNPJ n. 18.775.301/0001-52).



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 28/07/2023, às 19:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1040930** e o código CRC **3EDF2114**.